



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

**EDUCAÇÃO POPULAR SOLIDÁRIA: UMA EXPERIÊNCIA
COMUNITÁRIA EM SANTA MARIA**

SIMONE ROSA OLIVEIRA SILVA

BRASÍLIA, JULHO DE 2011.



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

**EDUCAÇÃO POPULAR SOLIDÁRIA: UMA EXPERIÊNCIA
COMUNITÁRIA EM SANTA MARIA**

SIMONE ROSA OLIVEIRA SILVA

BRASÍLIA, JULHO DE 2011.

SIMONE ROSA OLIVEIRA SILVA

**EDUCAÇÃO POPULAR SOLIDÁRIA: UMA EXPERIÊNCIA
COMUNITÁRIA EM SANTA MARIA**

Trabalho Final de Curso apresentado como requisito parcial para obtenção do título de Licenciada em Pedagogia, à Comissão Examinadora da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília, sob a orientação da professora Dr^a. Sônia Marise Salles Carvalho.

Comissão Examinadora:

Prof^a. Dr^a. Sônia Marise Salles Carvalho (Orientadora)
Faculdade de Educação da Universidade de Brasília

Prof^a. Dr^a Iracilda Pimentel Carvalho
Faculdade de Educação da Universidade de Brasília

Prof^o. Ms. Tadeu Queiroz Maia
Faculdade de Educação da Universidade de Brasília

Brasília-DF, julho de 2011.

SIMONE ROSA OLIVEIRA SILVA

EDUCAÇÃO POPULAR SOLIDÁRIA: UMA EXPERIÊNCIA COMUNITÁRIA EM SANTA MARIA

Trabalho Final de Curso apresentado como requisito parcial para obtenção do título de Licenciada em Pedagogia, à Comissão Examinadora da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília, sob a orientação da professora Dr^a. Sônia Marise Salles Carvalho.

Comissão Examinadora:

Prof^a. Dr^a. Sônia Marise Salles Carvalho (Orientadora)
Faculdade de Educação da Universidade de Brasília

Prof^a. Dr^a Iracilda Pimentel Carvalho
Faculdade de Educação da Universidade de Brasília

Prof^o. Ms. Tadeu Queiroz Maia
Faculdade de Educação da Universidade de Brasília

Brasília-DF, 18 de julho de 2011.

HOMENAGEM

À minha família que ao longo dessa caminhada sempre esteve ao meu lado, ensinando a arte de amar, respeitar e fundamentalmente nunca desistir de um sonho...

AGRADECIMENTOS

A Deus.

Aos meus pais por sempre acreditarem em minha capacidade dando apoio, força e o amor incondicional.

Ao meu irmão, Julio Cezar, pela compreensão e paciência fraternal.

A minha avó, Arlete, pelo amor sem limites e pelas orações que sempre me fortaleceram em todos os propósitos idealizados para minha vida.

Aos amigos pelos momentos de alegria e descobertas compartilhados durante curtos semestres. Pelas conversas descomprometidas, companheirismo durante as aulas e pelas gargalhadas inesquecíveis.

A professora Dr^a. Sônia Marise Salles Carvalho, pelo admirável trabalho de apresentar as contribuições da Economia Solidária na trajetória profissional de jovens alunos que num futuro bem próximo terão a oportunidade de colher os frutos deste grandioso trabalho. E por me fazer acreditar que outro mundo é possível, um mundo mais justo e mais humano, onde a igualdade prevaleça.

À Comunidade de Santa Maria pela oportunidade de desenvolver o presente trabalho e por propiciar uma importante articulação entre a teoria aprendida nos meios acadêmicos e a prática vivenciada na realidade em comunidade.

A todos os funcionários e servidores que desempenham um trabalho fundamental para a manutenção e realização dos eventos internos e externos à UnB.

A todos os professores apaixonados pelo que fazem, e que, assim como eu, acreditam que se fizermos a nossa parte poderemos mudar o mundo.

A todos aqueles que não hesitam em fazer o melhor em prol de um ideal de educação justa e solidária dedicando suas trajetórias profissionais nesse propósito.

O que nos parece indiscutível é que, se pretendemos a libertação dos homens, não podemos começar por aliená-los ou mantê-los alienados. A libertação autêntica, que é a humanização em processo, não é uma coisa que se deposita nos homens. Não é uma palavra a mais, oca, mitificante. É práxis, que implica a ação e a reflexão dos homens sobre o mundo para transformá-lo.

(Paulo Freire, 1970)

APRESENTAÇÃO

Ao longo da história brasileira é possível perceber em diversos contextos a presença das desigualdades sociais. Observamos que a reprodução de papéis de oprimidos e opressores foi e continua sendo utilizada para justificar a constante luta pelo acúmulo de capital. A partir dessa conjuntura uma nova ordem social vem sendo pensada, uma ordem que vai contra os atuais princípios econômicos e sociais defendidos pelo capitalismo, que acredita em relações mais humanas no âmbito social e principalmente do trabalho. Com esses princípios norteadores a economia solidária ganha face e força na sociedade excludente em que vivemos.

A sociedade capitalista na qual vivemos atualmente tenta “educar” e doutrinar todos os sujeitos e torná-los semelhantes e pacíficos, sem desejos de mudança, tentando convencer-nos de que tudo o que nos é imposto é melhor para todos, assim, muitos se acomodam e passam a viver sem voz seguindo os modelos fixados, anulando a capacidade de se ter um pensamento próprio e, conseqüentemente, negando sua liberdade. O papel da Economia Solidária, quando discutida dentro da Educação Popular, é fazer com que o indivíduo siga um longo caminho, criticando, criando e resistindo às relações de poder e dominação, cujas constantemente são submetidos.

A intenção da Economia Solidária pode ser entendida como uma nova proposta frente à economia vigente, sugerindo repensar a sociedade em modelos mais humanos e solidários devendo constituir-se em intuito essencial aos sujeitos pertencentes a um mesmo grupo. Trazer essa reflexão para a comunidade deve ser obrigação de todo educador que acredita na possibilidade de criar uma escola mais democrática, onde os papéis de opressores e oprimidos sejam verdadeiramente anulados e prevaleçam princípios como a cooperação e solidariedade.

É importante destacar que os preconceitos e estigmas de uma sociedade capitalista são extremamente difíceis de serem eliminados, por isso, é de extrema importância que passemos a repensar nossas concepções e condutas, enquanto educadores comprometidos, como reprodutores frente a valores, normas e padrões pré-estabelecidos para que nos tornemos mais livres, independentes e conquistemos nossa autonomia.

Deste modo, é indispensável uma melhor qualificação dos educadores que auxiliam seus educandos nessa tarefa de construção de uma sociedade que respeite as diversidades e enxergue no dinheiro apenas um meio e não o fim. Promover discussões que leve a sociedade, num contexto mais amplo, e educandos em suas comunidades, num contexto mais restrito, a refletirem sobre questões que lhes são fixadas, é um passo importante no sentido do fortalecimento dos princípios da Economia Solidária, como a cooperação e a solidariedade, em uma sociedade suprimida pelas práticas desumanas do capitalismo.

Nesta expectativa, este trabalho aposta na difícil tarefa de discutir alguns aspectos essenciais à Economia Solidária a partir da perspectiva crítica, contextualizando-os ao ambiente objetivo da ONG Associação Atlética de Santa Maria e, em conjunto com a comunidade de Santa Maria. Como culminância da reflexão destaca-se a complexidade de praticar a Educação Popular em uma comunidade precarizada pelos efeitos sensíveis do sistema capitalista. Portanto, a partir deste panorama, o presente trabalho não pretende apresentar soluções para todos os seus problemas sociais, mas sim, busca promover a reflexão sobre as atuais condições e concepções da comunidade, na perspectiva da “dádiva”, para que os mesmos sujeitos possam criticá-los, reformulá-los e serem verdadeiramente livres e autônomos para solucioná-los.

Buscando cumprir com os objetivos propostos neste trabalho, procuro ao longo do mesmo construir um referencial histórico e teórico que produza sentido, além de lançar mão de minhas experiências práticas com a Educação Popular em Santa Maria. O presente trabalho foi organizado em três blocos principais.

A **primeira parte** deste trabalho consta de um memorial socioeducativo, cujo título é “*A vida na Escola e a Escola na Vida: Reflexões sobre a Importância da Experiência Educativa*”, por meio do qual relato fatos da minha trajetória socioeducativa. Momentos significativos que antecedem a educação formal, mas que se configuram em uma importante fase da minha educação através da informalidade. Construo esta trajetória até o meu ingresso na Universidade de Brasília no curso de Pedagogia. Esses relatos das minhas experiências pessoais e acadêmicas contribuíram para desenvolver uma reflexão acerca da escolha do tema do meu trabalho final.

A **segunda parte** do trabalho na qual abordo “*Uma Experiência Pedagógica em Educação Popular na Comunidade de Santa Maria*”, onde procuro apresentar um referencial histórico que permitirá ao leitor acompanhar como se deu o processo de consolidação da Educação Popular no Brasil. Procuro também, a partir de um suporte teórico, desenvolver a compreensão de como se dá o processo de emancipação através de uma educação libertadora nos moldes da Economia Solidária.

Busquei ao longo dos capítulos estabelecer estes referenciais para que o leitor pudesse situar-se dentro da problemática proposta. No primeiro capítulo apresento um breve histórico da Educação Popular no Brasil, onde é possível constatar a necessidade de muitas lutas para alguns avanços e conquistas atuais. No entanto, ainda se faz necessária uma apropriação mais significativa, por parte dos sujeitos, da capacidade de mobilização e organização coletiva em prol do benefício comum ao grupo e, conseqüentemente, pessoal. Ainda neste bloco utilizo um relevante suporte teórico que embasou a prática no ambiente comunitário.

Apresentei a proposta da pedagogia libertadora de Paulo Freire, fazendo uma reflexão comparativa entre a proposta de educação crítica e da tradicional, onde o que se pretende é ressaltar a possibilidade de transformação social através da iniciativa popular. A seguir, trago algumas considerações sobre os princípios fundamentais da Economia Solidária a fim de apontar possibilidades de integração entre o trabalho como uma categoria social pensada na perspectiva da Educação Popular.

No segundo capítulo busquei apresentar um pouco do histórico de uma Organização Não-Governamental que é responsável pela promoção da educação feita em comunidade através de atividades esportivas, culturais, de lazer e de cursos profissionalizantes para crianças, adolescentes, adultos e idosos.

Nessa ONG tive a oportunidade de participar de uma experiência educativa em comunidade durante três meses, onde produzimos relações de trocas muito interessantes entre alunos da UnB, representando a Instituição e o que ela pôde oferecer, e a comunidade, relações estas que serão explicitadas nos capítulos seguintes.

No terceiro capítulo lanço mão de minhas experiências e vivências práticas com a Educação Popular em Santa Maria, a fim de demonstrar a importância de

uma educação para a formação crítica dos educandos, onde os mesmos tenham a oportunidade de descobrir que é possível construir um mundo melhor e mais humano a partir da iniciativa popular.

A **terceira e última parte** do presente trabalho intitulado de “*Concretização da Educação Popular Solidária: O Sonho Como uma Possibilidade Real*” consiste em uma breve produção sobre as minhas perspectivas de atuação profissional como pedagoga, acrescentando reflexões acerca dos meus projetos futuros decorrentes de uma trajetória sólida e consciente.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	8
--------------------	---

PARTE I

<u>MEMORIAL: A VIDA NA ESCOLA E A ESCOLA NA VIDA: REFLEXÕES SOBRE A IMPORTÂNCIA DA EXPERIÊNCIA EDUCATIVA</u>	14
---	-----------

EDUCAÇÃO FAMILIAR	15
MEU AMADURECIMENTO EDUCATIVO	16
A UNB EM MINHA VIDA	18

PARTE II

<u>RELATO DAS EXPERIÊNCIAS DE EDUCAÇÃO POPULAR NA COMUNIDADE DE SANTA MARIA</u>	21
--	-----------

RESUMO	22
INTRODUÇÃO	23

CAPÍTULO 1 - EDUCAÇÃO POPULAR SOLIDÁRIA - UMA POSSIBILIDADE

1.1 UMA BREVE ABORDAGEM SOBRE A EDUCAÇÃO POPULAR NO BRASIL	26
1.2 EDUCAÇÃO POPULAR E CURRÍCULO: UMA FORMA DE INTEGRAÇÃO DA COMUNIDADE À ESCOLA	33
1.3 O PARADOXO ENTRE LEGISLAÇÃO PARA EDUCAÇÃO POPULAR E SUA PRÁTICA.....	34

CAPÍTULO 2 - RELATO DE EXPERIÊNCIA PEDAGÓGICA DE EDUCAÇÃO POPULAR NA COMUNIDADE DE SANTA MARIA

2.1 CONSIDERAÇÕES SOBRE UMA PRÁTICA DE EDUCAÇÃO POPULAR E SOLIDÁRIA	37
2.2 ASSOCIAÇÃO ATLÉTICA DE SANTA MARIA: UMA PROPOSTA DE EDUCAÇÃO POPULAR E SOLIDÁRIA.....	40

CAPÍTULO 3 - ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE A EDUCAÇÃO POPULAR NA PERSPECTIVA DA ECONOMIA SOLIDÁRIA

3.1 CONTRIBUIÇÕES DA ECONOMIA SOLIDÁRIA PARA A PRÁTICA DA EDUCAÇÃO POPULAR	46
3.2 SANTA MARIA: RE-SIGNIFICAÇÃO DO COLETIVO ENQUANTO COMUNIDADE SOLIDÁRIA	48
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	51

PARTE III

<u>PERSPECTIVA DE ATUAÇÃO PROFISSIONAL</u> - CONCRETIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO POPULAR SOLIDÁRIA: O SONHO COMO UMA POSSIBILIDADE REAL	54
REFERÊNCIAS.....	58

PARTE I
MEMORIAL

**A VIDA NA ESCOLA E A ESCOLA NA VIDA: REFLEXÕES SOBRE A
IMPORTÂNCIA DA EXPERIÊNCIA EDUCATIVA**

A VIDA NA ESCOLA E A ESCOLA NA VIDA: REFLEXÕES SOBRE A IMPORTÂNCIA DA EXPERIÊNCIA EDUCATIVA

Quando reflito sobre a minha história lembro que desde muito cedo convivi com alguns obstáculos que tinham tudo para se tornarem barreiras na vida escolar, como por exemplo, a distância entre minha casa e a escola, a precariedade dos transportes para se chegar nela, entre outros. Porém, quando tomei consciência de que para tudo o que imaginasse como um ideal de vida exigiria de mim um esforço significativo, tomei uma nova postura frente às dificuldades que eram encontradas ao longo da caminhada.

Desde muito cedo somos forçados a escolher entre o mundo de descobertas da escola ou trabalho árduo. Não fui exigida em fazer essa escolha, pois uma pessoa já havia feito antes para que eu pudesse chegar aonde cheguei. Essa pessoa é Paulo Cezar Oliveira Silva, 60 anos, Ensino Fundamental incompleto, meu pai. Porém a necessidade de retribuir tal esforço já se manifestava em mim expressivamente e, por isso ingressei na rotina do trabalho e da escola. Meu irmão, Julio Cezar, e minha mãe, Jussara Rosa também me ajudaram na construção da trajetória de minha vida. A convivência com estas pessoas se deu de uma maneira muito harmoniosa, mas se tornou ainda mais respeitosa quando percebi a grande admiração que minha família sentia por mim. Através desse incentivo consegui forças para continuar meus estudos e lutar pela melhoria das condições da minha família.

A EDUCAÇÃO FAMILIAR

Neste bloco darei um foco a minha vida educativa em um sentido mais amplo, pois considero a educação (formal e informal) como a base de todo ser humano. Pensei inicialmente, em dividir a trajetória da minha educação em: Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio e Ensino Universitário, porém creio que não seja a melhor forma de relatar fatos da minha vida, pois eu vivi diversas experiências em

diferentes contextos educacionais, e é nesta perspectiva que irei relatar e dialogar sobre minha vida educativa.

Minha história começa no Rio de Janeiro - RJ, cidade onde nasci, em um pequeno bairro chamado Campo Grande. Tenho vinte e oito anos de idade, moro em Santa Maria – DF com minhas amigas: Adriana Nunes e Ana Carolina Cunha, ambas de origem carioca.

Eu vivi em uma casa simples até os vinte e três anos de idade e em todo esse período recebi ensinamentos fundamentais para minha formação pessoal de minha mãe, cuja concluiu o ensino médio, e de meu pai, o qual não chegou a concluir o ensino fundamental. Foram eles que, na medida do possível, tentaram me ensinar a ler e escrever, e também me ensinaram valores que são incomensuráveis como, ter um caráter íntegro e jamais perder a dignidade, os quais levarei comigo para sempre.

Viver em um ambiente simples permitiu-me usufruir dos costumes, valores, e tradições de uma comunidade, a qual é considerada como um lugar sem importância pelos governantes. Como alguém que passou toda sua infância e adolescência lá, posso garantir que o descaso e a ausência do governo naquele bairro causam um grande dano, pois as pessoas que vivem lá têm suas auto-estimas diminuídas e com isso não lutam pelo direito à cultura e aos serviços públicos de qualidade. Nesse contexto resgato minha memória educativa num ambiente cheio de dificuldades materiais, mas nunca vazio de afetividade e de trocas humanas significativas.

MEU AMADURECIMENTO EDUCATIVO

Desde os cinco anos até os nove anos, com muito esforço dos meus pais, estudei em escola particular, pois o imaginário que meus pais traziam da escola pública era negativo associado aos outros serviços públicos não os deixavam essa impressão latente em nosso bairro. Porém, ao passarmos por uma crise financeira muito grande e com a necessidade de meu irmão entrar na escola, fomos estudar em escola pública e, a partir de então, nunca mais estudei em escola particular.

No período em que estudei em escola pública pude vivenciar as diferentes realidades que o convívio num ambiente educativo permite, pois a segunda parte do ensino fundamental e todo o ensino médio foram feitos em bairros vizinhos que

também passavam por privações e sofriam com a ausência do governo em suas comunidades. A partir de então pude perceber que também fora da sala de aula se aprende e que esse aprendizado é miscigenado de várias outras experiências e trocas as quais me permitiram ter uma visão mais ampla do que eu queria para o meu futuro, apesar das dificuldades.

No ensino médio pude experimentar meu primeiro processo seletivo, pois escolhi ingressar em uma escola pública que me proporcionasse um contato com o mundo do trabalho e, então, passei na prova para o ensino médio e técnico do Centro de Ensino Integral apoiado pelo governo do Estado. Neste ambiente tudo estava em abundância como, por exemplo, recursos materiais (computadores novos, laboratórios equipados), atividades físicas diversas (natação, capoeira, dança) e recursos humanos (professores experientes, técnicos em diversas áreas). Nesse ambiente era possível perceber que havia um comprometimento do Estado com aquela escola. Passei então a buscar aliar os recursos oferecidos naquela escola com a minha prática em comunidade participando de grupos voluntários de ensino de informática na comunidade.

Assim que conclui o ensino médio passei a ter habilitação técnica para trabalhar como profissional em informática e, então dediquei os próximos dois anos aos trabalhos voluntários, pois eles traziam muitos ganhos para a minha experiência enquanto técnica e para meus vizinhos e amigos que poderiam aplicar aqueles conhecimentos em suas vidas. Após esse período dediquei-me ao vestibular e passei, para surpresa de todos que me conheciam, para o curso de Pedagogia, na Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ, e não para Ciência da Computação, como muitos esperavam, pois a partir do contato que tive com o ato de ensinar, mesmo que não profissionalmente, senti uma realização muito grande. Porém, as dificuldades em casa para manter as contas pagas e em dia foram crescendo, senti a necessidade de contribuir para o controle financeiro familiar, e passei a prestar concurso público com o intuito de alcançar uma estabilidade profissional e um equilíbrio financeiro.

Os próximos três anos foram de muitas dificuldades, pois dividia o tempo entre um trabalho temporário e as aulas na faculdade de educação, e lutava contra o relógio para alcançar o horário das aulas. A distância entre o trabalho e a faculdade muitas vezes se tornavam um obstáculo em minha vida acadêmica, mas com o

apoio dos meus pais fui superando os problemas e continuava seguindo em frente. Quando completei vinte e três anos passei no concurso público e me mudei para Guaratinguetá-SP, pois lá iria iniciar um curso de formação necessário à função que desempenharia em Brasília-DF, dois anos depois. Esse período trouxe uma série de mudanças em minha vida, a começar pelo trancamento do meu curso, pois até então não havia pensado nessa possibilidade. Também jamais havia imaginado sair de casa e do convívio em comunidade antes. Esse período também trouxe um amadurecimento súbito em minha vida, pois era uma fase onde teria que lidar com a saudade de casa, dos vizinhos e pensar num futuro profissional ainda incerto que exigiria de mim muita dedicação e perseverança para torná-lo uma realidade.

Já em Brasília não me adaptei de imediato. Sempre fui acostumada ao contato com as pessoas e com a interação com meus vizinhos e colegas de faculdade e, começar novamente a construir esse convívio em um lugar onde essa vivência não se dava naturalmente foi bastante difícil. Todos os dias era um sacrifício acordar e não ter minha família para conversar, nem meus amigos para trocar idéias e conversar mesmo que sem compromisso.

A UNB EM MINHA VIDA

Ao realizar a matrícula na UnB, desde o princípio, percebi uma atmosfera familiar naquele espaço, com muitas pessoas e realidades diversas se interligando nos corredores, nas salas de aula, no restaurante, na biblioteca, enfim uma vida que extrapolava os limites físicos daquele ambiente me contagiou e me deixou bastante entusiasmada por estar ali. Ao iniciar os semestres me senti um pouco perdida, ainda não entendia como funcionava o fluxo acadêmico e busquei orientação. As professoras Cláudia Dansa e Sônia Marise contribuíram muito para que eu pudesse me encontrar nesse universo de oportunidades que é o curso de Pedagogia, com isso, balizei meu curso para uma perspectiva mais comprometida com a comunidade e mais envolvida com a Educação Popular.

Ser aluna da UnB me proporcionou uma análise de mundo mais crítica e responsável, pois a partir de então, busquei disciplinas que problematizassem a discussão sobre a importância da formação do educador crítico e comprometido na vida de seu educando. Ao iniciar a fase de projetos na comunidade de Santa Maria

pude ter uma experiência muito construtiva em minha formação acadêmica, pois me possibilitou vivenciar a integração entre a teoria e a prática. Essa práxis permitiu uma reflexão mais crítica do papel da universidade para a sociedade e uma releitura mais criteriosa de diversas teorias. Após essa experiência, senti a necessidade de realizar uma análise mais profunda do papel do educador popular bem como refletir sobre algumas características da Economia Solidária com o propósito de favorecer uma educação mais justa e solidária, principalmente no âmbito da comunidade.

Após as experiências vividas fora da UnB e o retorno à sala de aula ficou nítido que a prática bem embasada por um suporte teórico traz a tona o compromisso que cada um de nós, alunos de uma universidade pública, tem com a comunidade, pois nos são depositadas expectativas, esperanças de uma sociedade, de um modo geral, mais preparada para enfrentar seus problemas, para se organizar coletivamente, mais crítica e consciente de seus direitos e deveres, enfim, uma sociedade livre para refletir sobre si e todo seu contexto histórico, político, econômico e social. Partindo dessa constatação, é perceptível também que insistir numa análise estritamente teórica, que não avança e nem pretende extrapolar o campo das idéias, não desperta interesse no educando, e tampouco produz sujeitos críticos e dispostos a reverter um histórico de privações e limitações impostas à sua autonomia.

De acordo com o suporte teórico dessa reflexão destaco a Economia Solidária como tecnologia social que, como diz o nome, propõe a prática da solidariedade, cuja também se aplica ao ambiente pedagógico, seja ele em comunidade ou não. Como ela visa a uma sociedade de iguais, a Economia Solidária opõe-se à idéia de que o jogo econômico é inevitavelmente injusto e desequilibrado. Em vez disso, ela sustenta que a cooperação entre os sujeitos torna possível que todos ganhem. Esse pressuposto tem comprovação empírica. Quando várias pessoas dividem uma tarefa entre elas, de modo que cada uma encarregue de uma parte diferente, seja de um trabalho, seja de uma atividade educativa, em geral produz-se mais com menos esforço do que se cada um produzisse isoladamente, realizando a atividade por inteiro.

Por isso acredito que a Educação Popular, em especial, deve ter em sua essência uma proposta de reeducação coletiva, mesmo que essa tarefa represente um desafio pedagógico, pois se trata de passar a cada membro do grupo uma

responsabilidade irrestrita ao nível individual, uma nova lógica de organização em comunidade que funcione baseada no relacionamento cooperativo entre os sujeitos, almejando resultados também coletivos. Essa visão pode ser forjada em cada educando e esclarecida em termos teóricos e práticos, a partir do aprendizado significativo, proporcionado por educadores também incomodados com a reprodução de sentidos desconexos da realidade.

Desta forma proponho um olhar crítico debruçado sobre o papel do educador, como provocador da consciência individual e coletiva, a partir da perspectiva da Economia Solidária, pois nela é possível encontrar possibilidades que viabilizem este propósito. Com isso sigo embasando alguns argumentos a partir de experiências empíricas, que trazem maior solidez às reflexões, aliadas às teorias de autores como Paulo Freire e Moacir Gadotti, pois os mesmos tratam do assunto com propriedade de investigação e de vivência.

PARTE II

RELATO DAS EXPERIÊNCIAS DE EDUCAÇÃO POPULAR NA COMUNIDADE DE SANTA MARIA

SILVA, Simone Rosa Oliveira. *Educação Popular Solidária: Uma Experiência Comunitária em Santa Maria*. Brasília-DF, Universidade de Brasília/ Faculdade de Educação (Trabalho de Conclusão de Curso), 2011.

RESUMO

A pesquisa aqui expressa resgata o contexto histórico da Educação Popular no Brasil e reflete sobre a importância em lançar um novo olhar sobre a Educação Popular, levando em consideração os princípios de igualdade e cooperação defendidos pela Economia Solidária. Nessa perspectiva identificam-se algumas falhas do sistema educativo, pois o mesmo, em diversos momentos, desconsidera a importância da Educação Popular e assume somente a função reprodutora da escola.

Consciente do equívoco que se comete quando a educação que não é pautada sob a perspectiva de uma formação emancipadora dos educandos, no presente trabalho projeto minhas expectativas aliadas à vivência prática com a Educação Popular a fim de manifestar a importância de uma educação para a formação crítica dos educandos e de suas comunidades, onde os mesmos tenham a oportunidade de descobrir que é possível construir um futuro cooperativo, mais justo e solidário.

Palavras-chaves: Autonomia, Educação, Educação Popular, Economia Solidária, Pedagogia, Solidariedade, Trabalho.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho foi pensado dentro da perspectiva da Educação Popular que, quando aliada aos princípios e fundamentos da Economia solidária, atua favoravelmente para a aquisição da emancipação, no rompimento com a situação de exclusão e alienação que muitas comunidades são submetidas por não possuírem acesso a educação. A sociedade capitalista na qual vivemos é responsável por gerar mazelas incalculáveis especialmente para as classes menos favorecidas. A Economia Solidária vem como uma resposta significativa destas classes marginalizadas contra os infortúnios do sistema capitalista, especialmente relativos ao mundo do trabalho.

A concretização deste trabalho foi de extrema importância, especialmente para o grupo envolvido, dentre eles, a comunidade como um todo, representada por seus sujeitos atuantes em diversos níveis, e para os alunos da UnB que participaram dos encontros, propondo temáticas e atividades, cujas serão descritas no próximo bloco. Conjuntamente tivemos a oportunidade de repensar algumas práticas tradicionais que lhes foram impostas ao longo de sua existência. O trabalho nos permitiu também uma instigante análise das concepções dos atores sociais, dentre eles os educandos e educadores populares, em relação aos temas que fazem parte de seus respectivos cotidianos.

Em resumo este trabalho busca repensar a Educação Popular na forma como ela se apresenta em algumas realidades brasileiras e relacioná-los às reflexões em torno das questões da Economia Solidária. Busca também situar os alunos envolvidos na Educação Popular dentro dos princípios defendidos pela Economia Solidária, estimulando-os a repensarem e refletirem sobre a situação de exclusão a que são submetidos e que, juntos, podem avançar na conquista pela liberdade da comunidade como um todo.

Sendo assim, como principal objetivo, proponho a construção de um referencial teórico sólido e que propicie aos educandos da Educação Popular uma reflexão em torno da importância da Economia Solidária na sociedade brasileira e a contribuição da mesma na formação de uma sociedade mais humana, justa e equilibrada. Com isso exponho o intuito de abrir espaço para o trabalho com os sujeitos numa perspectiva de emancipação e conquista de autonomia através da

realidade dos mesmos e da reformulação de concepções e valores que lhes foram pré-estabelecidos.

Para atingir tal objetivo procuro ao longo do trabalho desenvolvido com os educandos: introduzir os princípios básicos da Economia Solidária; fornecer elementos aos educandos para a introdução e sensibilização do tema, Economia Solidária; trabalhar com o resgate e percepção dos educandos em relação as suas condições sociais; refletir sobre a questão do trabalho na sociedade atual; propiciar uma reflexão crítica em relação à sociedade capitalista e suas contribuições para as desigualdades sociais; conhecer e refletir sobre a Economia Solidária, observando as experiências e relatos de pessoas que trabalham na perspectiva da Economia Solidária; verificar, refletir e debater sobre a realidade em que vivemos observando as diferentes formas de atuação dos grupos sociais.

A ferramenta metodológica utilizada para atingir os objetivos acima descritos, consiste em promover encontros em que a UnB, estando representada pelos alunos, orientasse Oficinas Temáticas sobre Economia Solidária realizadas em grupos com a comunidade que acompanhei durante três meses na ONG Associação Atlética de Santa Maria, entidade sem fins lucrativos, que oferece o contato com atividades culturais e de lazer como futebol, karatê, capoeira, dança nos estilos hip-hop e axé entre outros. Além disso, a ONG oferece cursos de alfabetização e inclusão digital, manicure, cabeleireiro, bordados e reciclagem para adultos formando grupos de geração de renda, promovendo assim a prática da Educação Popular e Solidária construída pela própria comunidade.

Ao mesmo tempo em que iniciamos as Oficinas Temáticas buscamos construir com a comunidade um levantamento das necessidades mais emergenciais para que, partindo dos princípios da Economia Solidária, em especial a solidariedade e a cooperação, fosse possível desenvolver estratégias de ação, tentando perceber e identificar nesse processo os equívocos que deveriam ser evitados e acertos que deveriam ser mantidos. Dentro dessa perspectiva foi feito um levantamento da própria ONG com o objetivo de torná-la uma organização de favorecimento da Educação Popular dentro dos princípios da Economia Solidária.

Na sequência utilizamos as contribuições de Paulo Freire e de Moacir Gadotti no sentido de buscar com os círculos de cultura *tematizar o mundo, problematizar o mundo e compartilhar o mundo* durante os encontros, traçando também um

contraponto entre o que se espera e o que podemos alcançar juntos dentro de uma educação para a libertação proposta por Freire. Construimos as temáticas utilizando como suporte teórico os princípios e fundamentos da Economia Solidária que baseiam e norteiam nossa atuação junto a este grupo.

Em seguida, já com um apoio teórico formado, lançamo-nos à prática comunitária num desafio de construir conjuntamente com a Comunidade de Santa Maria as Oficinas Temáticas balizadas pela Economia Solidária. Porém, o presente trabalho não pretendeu contemplar toda a grandiosidade e a riqueza desta experiência, e sim trazer em seu interior e semear em futuras práticas o desejo da transformação social alcançada em comunidade, com a comunidade e para a comunidade.

CAPÍTULO 1

Educação Popular e Solidária – Uma Possibilidade

1.1 - Uma breve abordagem sobre a Educação Popular no Brasil

Ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo.

Paulo Freire

Neste bloco foi realizada uma abordagem histórica para compreender a dinâmica dos movimentos populares no Brasil bem como sua relação com contexto atual, problematizando as legislações vigentes, embasados pelos fundamentos de cooperação e solidariedade da Economia Solidária.

Para compreender a trajetória da Educação Popular no Brasil foi necessário, por uma perspectiva sistêmica, resgatar a origem do crescimento dos movimentos sociais no país, pois a partir de então, quer para a conservação quer para a transformação, tornou-se mais evidente a dinâmica de um processo que não é recente no país. Um ciclo muito importante para esse levantamento histórico tem início no período nacional desenvolvimentista (1945-1964), cujo esse o qual acontece com governos de tipicamente populistas.

Determinados governos disseminam ações com a finalidade de incluir em seus projetos alguns desses movimentos. Contudo, na batalha por supremacia, os movimentos sociais populares se estabelecem numa manifestação de luta em esfera nacional, colaborando para um maior engajamento e participação política das pessoas. A partir da metade da década de 50, o desenvolvimento da associação popular, em sindicatos concebidos na Confederação Geral dos Trabalhadores e nas Ligas Camponesas, obrigou mudanças na caracterização ideológica do populismo, transformando-o ainda mais recriminado pelos discursos da esquerda que se opunha aos princípios defendidos.

Na ocasião da ditadura civil-militar de 1964 até 1985, particularmente do ciclo de 1964 até 1974, tais movimentos são forçados a se ocultar e, assim sendo,

procuram se manifestar simbolizados por instituições políticas coletivas distintas, tendo como exemplo, a Igreja Católica.

Portanto, no Brasil depois dos anos 70, tais movimentos sociais passam a se manifestar com grande expressão social e, começam a se nomear por “movimento popular ou movimento social popular”. É possível destacar desde já uma disputa de interesses que considerava cada campo específico de atuação. Numa perspectiva, uma leitura comunicada ao popular, cujos lemas eram os da “autonomia”, “independência” e “democracia direta”. Em outro ponto de vista, diferencia-se outra concepção que envolve que o apoio das ações desses movimentos populares é formado somente de ações-diretas e objetivas. Dessa maneira Freire infere que:

Pouco e pouco, porém, a tendência é assumir formas de ação rebelde. Num quefazer libertador, não se pode perder de vista esta maneira de ser dos oprimidos, nem esquecer este momento de despertar. (1970, p.29)

Nessa dinâmica, também destacada por Freire, os movimentos populares foram ganhando volume, pois, em sua grande maioria, tais movimentos partem de lutas de ações, como saúde e educação pública, trabalho, moradia, transporte coletivo urbano, saneamento básico, segurança pública, (condições de vida no espaço urbano) direito de cidadania.

É importante ressaltar que, de acordo com Coutinho (2000), tal socialização do engajamento político não se reduziu à classe trabalhadora, outras categorias e grupos sociais também começaram a se formar. Na proporção em que ocorre na sociedade a socialização do engajamento político, o Estado força-se a tentar uma intervenção maior entre a coação e a supremacia. Isto acontece simultaneamente ao procedimento de concretização dos indivíduos políticos coletivos.

No que se propõe à educação, logo a partir dos anos 80 algumas pesquisas sobre os movimentos populares sociais passam a introduzir o tema da educação a esses movimentos na expectativa de encontrar nas lutas de tais movimentos o cuidado com a escola especialmente nos contornos urbanos (Spósito, 1993). Tais estudos, porém não conseguiram implicar na consideração sobre a extensão educativa dos movimentos e de suas lutas. De modo universal prevalece a polarização que se tornou em baliza do pensamento educacional: ou se discute a educação apenas através da escola ou não se questiona.

O diálogo crítico e libertador, por isto mesmo que supõe a ação, tem de ser feito com os oprimidos, qualquer que seja o grau em que esteja a luta por sua libertação. Não um diálogo às escâncaras, que provoca a fúria e a repressão maior do opressor. (FREIRE, 1970, p.29)

Freire (1970, 1983, 1996) mesmo que não tenha considerado precisamente os movimentos sociais como fundamental foco de suas observações, muito colaborou para a mediação da integração entre movimentos sociais e a educação. Tal contribuição surge na formação de seu pensamento acerca da questão da produção do ser humano como pessoa, da potencialidade educativa da qualidade de oprimido, assim como do empenho para tentar não mais sê-lo. O que significa batalhar para modificar a realidade social.

“Paulo Freire reproduz em plano próprio a estrutura dinâmica e o método dialético do processo histórico de produção do homem” (FRIORI, 1983, p. 08).

No momento atual, verifica-se que a LDB, Lei nº. 9394/96 em seu art.1º, declara como ambiente educativo, tanto a escola quanto os espaços e movimentos sociais, entretanto ainda é perceptível em nossa sociedade uma vontade de elevar-se a escola como o lugar da educação em detrimento das potencialidades educativas dos movimentos sociais.

Ainda que a escola e os movimentos sociais ensinem de forma específica ambos compartilham o sentido político da educação. Compete, assim, enfatizar o teor educativo revelado nestas vivências, assim como verificar os ambientes das práticas sociais como espaços apropriados a formação de uma educação crítica e libertadora. Ou seja, os Movimentos Sociais e/ou Populares precisam ser observados como ambientes de Educação Popular, um conceito complexo, que será abordado adiante buscando uma delimitação dessa concepção, tendo em vista que, antes de discuti-lo parece pertinente uma rápida referência ao termo popular.

A partir da noção de que os significados de povo e de popular vão contraindo, no Brasil, novos sentidos de acordo com cada período do processo histórico, Chauí, 1983, ressaltam que pelas noções de povo e de popular, muitos fatos já aconteceram: muitos presidentes foram escolhidos, ou renunciaram; plebiscitos e reformas de base foram sugeridas; conspirações e golpes, concretizados; imperialistas vitimados; mundos acessíveis e justos, aplaudidos; e diversos outros atos.

Somente quando os oprimidos descobrem, nitidamente, o opressor, e se engajam na luta organizada por sua libertação, começam a crer em si mesmos, superando, assim, sua “convivência” com o regime opressor. Se esta descoberta não pode ser feita em nível puramente intelectual, mas da ação, o que nos parece fundamental, é que esta não se cinja a mero ativismo, mas esteja associada a sério empenho de reflexão, para que seja práxis. (FREIRE, 1970, p.29).

Mencionando-se o conceito de povo assim como o destaque de Paulo Freire acima citado, Cerroni (1986) afirma que “povo é tanto um conjunto de entes naturais humanos, quanto um conjunto de sujeitos políticos”. O autor enfatiza, ainda, a relevância que esses grupos vão contraindo na vida política, sendo esses: partidos, associações representativas, assim como a cultura política dos cidadãos que formam o povo, visto que “os cidadãos são cada vez mais chamados a se tornarem eles mesmos protagonistas da mediação política” (CERRONI, 1986, p.116).

Também ainda referindo-se ao chamado popular para a ação concreta Gadotti (2007) diz que:

O educador pensa o futuro, está voltado para o futuro, mas sua ação cotidiana está totalmente engajada no presente. Sua ação, portanto, é uma ação contraditória. Por isso as relações entre o pensamento utópico e a ação pedagógica são complexas e dialéticas. É por isso, também, que a utopia pedagógica deve ser concreta, para não se tornar uma abstração delirante. (GADOTTI, 2007, p.19)

Diante dos autores mencionados são distinguidas algumas formas distintas de definir povo. Percebe-se que o conceito, num momento, surge como expressão indicadora de categorias de indivíduos dispersos, segregados; em outro momento como idéia de sujeito individual e coletivo constituído e em conflito. Perante essa disparidade conceitual, torna-se definido que, neste trabalho a alusão a “povo” equivalerá à palavra identificadora de pessoas políticas e coletivas, portanto, “povo” “como possível sujeito de vida política”. (BOBBIO, 1992, p. 987).

Entendendo que na sociedade capitalista distinguem-se duas classes essencialmente antagônicas definidas por Freire (1970) como: opressores e oprimidos, composta fundamentalmente pela classe trabalhadora e por uma “burguesia” faz-se necessária uma especificação mais explícita de ambas. Entretanto, em consequência do crescimento social complexo, o significado da

classe trabalhadora exige maior magnitude, ou seja, o momento histórico exige maior desdobramento conceitual acerca da concepção de classe social.

Atualmente, o conflito entre as classes toma novas proporções a partir da resignificação de diversas categorias ou grupos que formam a classe trabalhadora e, tal classe social é, deste modo, uma classe que se compõe historicamente.

À luz desses pressupostos a Economia Solidária defende que o aprendizado desta nova definição de sociedade deve ser um aprendizado na prática, e por isso surge a necessidade de desenvolvermos uma nova pedagogia, ou novas pedagogias, que criem situações de troca de experiências onde aflorem o saber popular e o reconhecimento deste, e prevaleçam nos grupos o sentimento de pertencimento e o cuidado pelo outro, para que a construção do vínculo se dê cotidianamente. Paulo Freire acredita que a educação pode ser encarada como uma maneira de libertação e autonomia do educando.

Com isso, sob a perspectiva dos autores ilustrados, faz-se necessário enfatizar que ambos consideram a liberdade como uma aquisição essencial ao sujeito crítico e autônomo, porém não de forma isolada e incompleta, mas sim buscando essa completude numa relação de troca com o outro. “Uma rede somente pode existir quando sujeitos diferentes se apóiam reciprocamente, mantendo relações de autonomia e complementaridade”. (MANCE, 2002, p.143).

Dessa forma devemos contribuir para que os educandos não sejam privados das possibilidades que a Educação Popular oferece, especialmente no processo educativo, favorecendo a constante conexão entre experiências e promovendo a tolerância à diversidade. A escola precisa estar pronta para dialogar acerca das diferenças e, a partir de então, fomentar o enriquecimento do processo ensino-aprendizagem desencadeando novas qualidades coletivas situadas nas partes que compõem este conjunto.

Dentre os aspectos tratados por este trabalho algumas categorias teóricas e alguns elementos práticos serão retomados para que, nesse movimento, sejam delimitadas as propostas da Educação Popular. Segundo Freire:

Já agora ninguém educa ninguém, como tampouco ninguém se educa a si mesmo: os homens se educam em comunhão, mediatizados pelo mundo. Mediatizados pelos objetos cognoscíveis que, na prática “bancária”, são

possuídos pelo educador que os descreve ou os deposita nos educandos passivos (FREIRE, 1970, p.39).

Aqui, se faz necessário um comentário sobre esse conceito de opressores e oprimidos (classes sociais), pois se trata de um conceito diretamente implicado na definição de Educação Popular. Segundo Freire (1970):

Será na sua convivência com os oprimidos, sabendo também um deles – somente a um nível diferente de percepção da realidade – que poderão compreender as formas de ser e comportar-se dos oprimidos, que refletem, em momentos diversos, a estrutura da dominação (FREIRE, 1970, p.27).

Algo importante a ser considerado é que, do ponto de vista prático, quando analisamos Educação Popular partimos de fundamentos das práticas coletivas de transformação da realidade e, nesta perspectiva, logo que surge uma dificuldade, aflora também a oportunidade de discussão, reflexão, aprofundamento e construção da consciência crítica e da capacidade de transformação de si mesmo e de seu contexto.

Outro saber de que não posso duvidar um momento sequer na minha prática educativo-crítica é o de que, como experiência especificamente humana, a educação é uma forma de intervenção no mundo (FREIRE, 1996, p.61).

O descobrimento do universo temático, interdisciplinar e repleto de possibilidades, promovidas pelas inúmeras conexões que as redes proporcionam, permite ao educando desvendar a essência de sentido que compõe uma educação consciente, crítica e organizada no contexto em que se constrói. Nesta perspectiva Mance diz que:

O consenso sobre essas novas práticas tem sido construído no interior de redes em que pessoas e organizações de diversas partes do mundo colaboram ativamente entre si, propondo transformações do mercado e do Estado, das diversas relações sociais e culturais a partir de uma defesa intransigente da necessidade de garantir-se universalmente as condições requeridas para o ético exercício das liberdades públicas e privadas. (MANCE, 2002, p.94)

Assim, incluir a proposta de uma Educação Popular no contexto escolar será uma tarefa desafiante, pois o objetivo ultrapassa o conceito de interdisciplinaridade e perpassa diversos âmbitos do currículo integrando-o à realidade de forma coesa e significativa para o educando. Dessa forma Freire defende que:

Em linguagem direta: os homens humanizam-se, trabalhando juntos para fazer do mundo, sempre mais, a mediação de consciências que se coexistenciam em liberdade. Aos que constroem juntos o mundo humano, compete assumirem a responsabilidade de dar-lhe direção. Dizer a sua palavra equivale a assumir conscientemente, como trabalhador, a função de sujeito de sua história, em colaboração com os demais trabalhadores – o povo (FREIRE, 1970, p.11)

Freqüentemente as escolas excluem os educandos do processo de formação crítica do pensamento acerca do contexto político e econômico vigente. Com isso seus currículos tornam-se vazios de significado e conflitantes com a realidade, pois interrompem o fluxo de informações importantes para a formação de cidadão livres verdadeiramente. Acerca disso Freire acrescenta:

A educação que se impõe aos que verdadeiramente se comprometem com a libertação não pode fundar-se numa compreensão dos homens como seres “vazios” a quem o mundo “encha” de conteúdos; não pode basear-se numa consciência especializada, mecanicistamente compartimentada, mas nos homens como “corpos conscientes” e na consciência como consciência intencionada ao mundo. Não pode ser a do depósito de conteúdos, mas a da problematização dos homens em suas relações com o mundo (FREIRE, 1970, p.38).

Por isso, para que haja condições do educando concretizar suas escolhas, atuando legitimamente como um cidadão é indispensável que todos disponham de uma educação de qualidade, a qual promova a liberdade para as suas decisões e mecanismos disponíveis permitindo refletir sobre as informações de que dispõem, pois a falta dessas condições causaria a limitação da liberdade.

Aliada à proposta de educação para a liberdade de Paulo Freire, a Economia Solidária vem proporcionar à Educação Popular novas possibilidades de práticas

que vêm de encontro com o sistema capitalista vigente, pois ambas exigem a criação de situações em que a reciprocidade surja espontaneamente e cooperativamente. O mais importante aqui é o aprendizado, cujo é produzido do sentimento que nasce da prática solidária.

À medida que o sujeito doa e recebe ajuda, ele experimenta a solidariedade ao outro e este sentimento, para a atividade educativa, é extremamente benéfico. Segundo Singer (2005), *tanto em competir como em cooperar, o sujeito sente-se feliz. Só que no primeiro caso, essa felicidade só é completa se ele vence e demonstra sua superioridade sobre os demais. No último, a felicidade é gozada toda vez que se coopera, independentemente do resultado.*

1.2 - Educação popular e currículo: uma forma de integração da comunidade à escola

Ensinar exige risco, aceitação do novo e rejeição a qualquer forma de discriminação.

Paulo Freire

A partir da experiência vivida em ambiente comunitário é possível perceber o desenvolvimento de habilidades como a cooperação, a autogestão, a participação coletiva, a democracia, a promoção do desenvolvimento humano e da responsabilidade social em cada educando. Na emergência de integrar tais habilidades ao currículo escolar deste educando cabe aos atores do processo educacional produzirem e permitirem que uma educação humanitária e solidária pertençam definitivamente ao cotidiano escolar como oportunidade ímpar de vivenciar experiências e viabilizar concretamente a mudança e re-significação da realidade do aluno.

Porque não estabelecer uma necessária "intimidade" entre os saberes curriculares fundamentais aos alunos e a experiência social que eles têm como indivíduos? Porque não discutir as implicações políticas e ideológicas de um tal descaso dos dominantes pelas áreas pobres da cidade? (FREIRE, 1996, p.17).

Dentro desta reflexão o destaque é direcionado para as possibilidades que a educação contextualizada e desenvolvida com a comunidade, e não para uma comunidade que exista apenas num ambiente imaginário, tende a ser mais crítica e questionadora da realidade, permitindo o desenvolvimento local e, por consequência, se estendendo a outros ambientes onde este sujeito crítico atua.

Constatando, nos tornamos capazes de intervir na realidade, tarefa incomparavelmente mais complexa e geradora de novos saberes do que simplesmente a de nos adaptar a ela. (FREIRE, 1996, p.46)

O potencial da Educação Popular, feita em comunidade e norteadas pela colaboração solidária, fica em evidência com o aumento da capacidade de construir uma nova forma de colaboração global, superando as dificuldades encontradas no cotidiano de cada grupo social como a falta de estrutura, ou ausência de políticas públicas de apoio à educação e à cultura local, além da deficiência de programas permanentes responsáveis pelo diálogo e gestão de relações conflitantes como o uso de drogas nas escolas e na própria comunidade, o que exige do sistema educacional a apropriação e problematização de tais demandas aos currículos escolares.

1.3 - O Paradoxo entre Legislação para a Educação Popular e sua Prática

Teoricamente, e de um modo geral, as leis que regem a ação específica em diversas áreas sociais, devem ser, em seu conjunto e como todas, “destinadas a assegurar o exercício dos direitos sociais individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos (...)”, como reza a Constituição Federal em seu preâmbulo.

Partindo da percepção de que todo ambiente social é, enquanto lugar de conflito de concepções e práticas a serviço de diferentes classes sociais, um lugar de ações educativas, então toda ação social tem um efeito pedagógico. E esse efeito pedagógico permite uma compreensão do processo de imposição de limites e

regras à sociedade produzindo no interior dos grupos e comunidades forças inerentes ao próprio grupo caminhando em direção a resistência e sobrevivência.

Dos suportes legais mais diretamente relacionados ao contexto de educação de crianças e adolescentes em âmbito popular é possível destacar a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei Federal Nº 9694 de 20 de dezembro de 1996 (LDB), e o Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei Federal Nº 8069 de 13 de julho de 1990 (ECA), os quais abordam os direitos que devem ser manifestados e protegidos.

Na necessidade de uma consideração mais profunda sobre os elementos que atuam sobre as práticas dos educadores populares, a recomendação é partir do debate sobre a constituição da LDB e do ECA, com um cuidado sobre a consequência gerada nas ações educativas de redes das comunidades, e da sociedade, em geral, pois causam também a tradição dos movimentos sociais de defesa de direitos na área da educação na década de 80. Ainda de acordo com esse contexto, Paulo Freire infere que:

O diálogo em que se vai desafiando o grupo popular a pensar sua história social como a experiência igualmente social de seus membros, vai revelando a necessidade de superar certos saberes que, desnudados, vão mostrando sua "incompetência" para explicar os fatos. (FREIRE, 1996, p.49)

Analisando os suportes legais apresentados, tanto o ECA quanto a LDB têm em comum o fato de terem sido precedidos por uma grande mobilização social que, por meio de intensos debates em diferentes áreas, levou, de um modo ou de outro, à sua publicação. Entretanto, o efeito desses processos não foi o mesmo, no intuito de responder aos anseios dos atores envolvidos no conflito.

A história aponta como as leis, de maneira geral, são propensas a simbolizar os interesses dos grupos dominantes. Isto, além de outras coisas, é devido ao fato das leis exercerem uma relevante função na conservação da ordem e da estrutura de domínio constituídas, favorecendo a organização desequilibrada e desonesta. Corroborando com esta constatação Freire expõe que:

A capacidade de nos amaciar que tem a ideologia nos faz às vezes mansamente aceitar que a globalização da economia é uma invenção dela

mesma ou de um destino que não poderia se evitar, uma quase entidade metafísica e não um momento do desenvolvimento econômico submetido, como toda produção econômica capitalista, a uma certa orientação política ditada pelos interesses dos que detêm o poder. (FREIRE, 1996, p.79).

Portanto as leis, segundo Rizzini (1995), quando legitimadas por grupos sociais amplos devido ao envolvimento no processo de sua construção, operam de um modo muito mais ativo, no sentido da motivação para a efetivação das mudanças previstas na própria lei, e tais mudanças sociais influenciam assim nos processos educativos em diversos âmbitos da sociedade onde tais grupos atuam comprometidamente.

Desse modo a Economia Solidária, na interface entre as leis e as práticas sociais, constitui um dos elos fundamentais para a consolidação dos processos de construção democrática da sociedade. A compreensão da sua dinâmica torna-se assim essencial ao estudo e à reflexão sobre as próprias práticas pedagógicas comprometidas com tal processo de transformação social.

CAPÍTULO 2

RELATO DE EXPERIÊNCIA PEDAGÓGICA EM EDUCAÇÃO POPULAR NA COMUNIDADE DE SANTA MARIA

2.1 – Considerações sobre uma prática de Educação Popular e Solidária

“Enquanto educadora, a Cidade é também educanda”.

Paulo Freire

Partindo das atividades realizadas em Santa Maria, este bloco apresenta uma abordagem mais objetiva e busca relacionar dados adquiridos do levantamento histórico-conceitual realizado, no bloco anterior, com as experiências empíricas vivenciadas junto com a comunidade no espaço da ONG Associação Atlética de Santa Maria, caracterizando-a e contextualizando-a frente ao panorama da Educação Popular no país alicerçado pelos fundamentos da Economia Solidária.

A prática educativa vivida pelos sujeitos envolvidos no processo da Educação Popular em Santa Maria, dentre eles, alunos da UnB, representantes de entidades comunitárias como o administrador regional, representantes do condomínio Porto Rico, entre outros membros da Região Administrativa, foi composta de diversos momentos pedagógicos que marcaram essa prática.

Para iniciarmos os encontros nos foi cedido, pela administração da UnB, um ônibus que realizava o trajeto UnB - Centro de Ensino Médio 417 - UnB, saindo sempre às 08h15min e retornando às 13h00min. As atividades já tinham início desde a entrada no ônibus, onde eram fornecidas as informações relevantes da manhã de atividades e, se encerrava quando nos despedíamos ao sair do ônibus.

Os primeiros encontros no Centro de Ensino Médio 417 foram bastante conturbados, pois apresentávamos a proposta de, em conjunto com a comunidade, construir um planejamento e um fortalecimento de ações já existente que fornecessem à Santa Maria a autonomia para gerir seus problemas e dificuldades, além de multiplicar ações solidárias em âmbitos sociais, econômicos, entre outros.

Porém, a ausência da comunidade, bem como das lideranças comunitárias era sentida a cada encontro, compelindo-nos a modificar nossa estratégia de ação.

Diante deste cenário apostamos em uma das instâncias comunitárias que, persistentemente comparecia a todos os encontros: a ONG Associação Atlética de Santa Maria, representada pela D^a Amparo, que nos demonstrou interesse em utilizar das facilidades que a Universidade deixava à disposição da comunidade, tornando-se assim nosso ambiente concreto de efetivação das propostas consolidadas junto com a organização não-governamental.

Para compreender um pouco mais sobre as atividades propostas pela ONG AASM procuramos caracterizar a comunidade de Santa Maria e suas principais demandas. Santa Maria localiza-se a 26 km de Brasília e é a XIII Região Administrativa, marcada por um grande programa de distribuição de lotes realizado pelo governo do Distrito Federal vigente na época de sua inauguração. Também é considerada uma cidade de muitos eleitores, possuindo um pouco mais de 120.000 habitantes¹, dotada de pouca infra-estrutura urbana, pois apresenta apenas um hospital público, o Hospital Regional de Santa Maria, recentemente inaugurado.

O Núcleo Rural Santa Maria permaneceu como área rural da RA II – Gama até 1992, quando a Lei nº 348/92 e o Decreto nº 14.604/93, criaram a Região Administrativa – RA XIII - Santa Maria. Na área rural, estão os Núcleos Rurais Alagado e Santa Maria, onde predominam as atividades de agropecuária e a exploração de jazidas de cascalho. A comunidade conta ainda com uma delegacia de polícia civil e com uma escola de educação especial, três de educação infantil, seis escolas-classe, sete de ensino fundamental e quatro de ensino médio.

A ONG Associação Atlética de Santa Maria fica na EQ 417/517 - Lote E, num espaço cedido pelo governo local, cuja foi fundada em dezembro de 1995, mas começou suas atividades em 1998. A AASM nasceu com o intuito de tirar crianças e adolescentes das ruas e evitar possíveis contatos com o mundo das drogas e da violência através de atividades esportivas, culturais e de lazer, além de oferecer também aos adultos cursos profissionalizantes e educação na modalidade de Jovens e Adultos (EJA).

Nesse espaço educativo propusemos efetivar demandas, identificadas pelo grupo e ratificadas pela coordenação da ONG, como indispensáveis para promover à

¹ INFORMAÇÃO CONFORME CENSO REALIZADO PELO IBGE EM 2005.

comunidade um ambiente permeado de afetividade, rico de vínculos geradores de laços de solidariedade que fomentam a educação em comunidade, como o fortalecimento de projetos que visem à autonomia e a Educação Popular. Por isso, a importância de refletirmos sobre essas práticas educativas populares, que apontam mudanças nas relações intersubjetivas pedagógicas e o desenvolvimento de um processo de humanização nos espaços educativos. Ratificando essa reflexão Gadotti enfatiza que:

Uma cidade pode ser considerada como uma cidade que educa, quando, além de suas funções tradicionais – econômica, social, política e de prestação de serviços – ela exerce uma nova função cujo objetivo é a formação para e pela cidadania. (GADOTTI, 2004, p.47).

Concordando com Gadotti e reforçando o princípio da autogestão na Economia Solidária, buscamos realizar nossas atividades promovendo mutirões de ação, onde convocamos a comunidade nos seus mais diversos níveis, integrando as famílias dos alunos, os professores, os alunos da UnB, o motorista de nos transportava, enfim, todos indiferentemente do grau de envolvimento com a comunidade, compartilhando ativamente das ações coletivas.

Em três encontros nos empenhamos em trabalhar para a revitalização da estrutura física da ONG, pois um ambiente agradável, onde todos que participaram do processo pudessem se reconhecer e produzir um sentido ímpar àquele espaço, foi apontado coletivamente como um desejo a ser atingido. Nesses mutirões pudemos compartilhar um momento bastante rico em trocas humanas realizando nossas refeições em comunidade, fomentando o espírito de corpo e de unidade que deve estar presente em todos os níveis de organização popular.

Nesse movimento sincrônico de trocas humanas a Economia Solidária se revela como um ato pedagógico em si mesma, na medida em que propõe nova prática social e um entendimento renovado dessa prática. Portanto, a maneira singular de aprender a constituir a Economia Solidária é praticando-a, porém, sua importância fundamental antecede a sua ação. Assim sendo observamos que não é necessário se relacionar a uma cooperativa ou iniciativa solidária para atuar solidariamente e, validando essa reflexão, Gadotti explica que:

Para uma cidade ser considerada educadora ela precisa promover e desenvolver o protagonismo de todos e de todas – crianças, jovens, adultos, idosos – na busca de um novo direito, o direito à cidade educadora: enquanto educadora, a Cidade é também educanda. (...) Nesse contexto, o conceito de “Escola Cidadã” ganha um novo componente: a comunidade educadora reconquista a escola no novo espaço cultural da cidade, integrando-a a esse espaço, considerando suas ruas e praças, suas árvores, seus pássaros, seus cinemas, suas bibliotecas, seus bens e serviços, seus bares e restaurantes, seus teatros e igrejas, suas empresas e lojas... enfim, toda a vida que pulsa na cidade. (GADOTTI, 2004, p.38)

Ainda nesta perspectiva, caracterizando a ação educativa da ONG AASM como expressão da Educação Popular Solidária, fica nítido que ações pedagógicas não devem ficar restritas ao espaço escolar, e sim serem ampliadas e integradas com as comunidades e os movimentos sociais populares compreendidos como espaços educativos e de participação popular, propondo assim a construção de uma pedagogia engajada política e eticamente com as problemáticas sociais destas populações, na luta pela autonomia, implicando em *críticidade, opção e decisão* (OLIVEIRA e MOTA NETO, 2004).

2.2 – Associação Atlética de Santa Maria: Uma proposta de Educação Popular e Solidária

Ao discutirmos sobre a Educação Popular no contexto da ONG procuramos, a partir desse ambiente, financeiramente desinteressado, problematizar questões do âmbito comunitário como a falta de infra-estrutura necessária para o exercício da cidadania digna, a ausência de espaços para o lazer coletivo e seguro, a reivindicação da qualidade dos serviços públicos prestados, enfim, assuntos que, segundo Freire, devem ser contemplados pela aprendizagem para a emancipação e a liberdade:

O importante, por isto mesmo, é que a luta dos oprimidos se faça para superar a contradição em que se acham. Que esta superação seja o surgimento do homem novo – não mais opressor, não mais oprimido, mas homem libertando-se. (FREIRE, 1970, p.24).

O cooperativismo e a solidariedade foram condutores para a prática participativa e significativa em comunidade e, entre outros temas abordados, destacamos a importância da dedicação e da ação comprometida de todos, em comunidade, como caminho indispensável a ser percorrido rumo a autonomia. E foi com esse espírito de somar forças uns aos outros que foram realizados trabalhos significativos nas instalações da ONG, ilustrados nas Figuras 1, 2, 3, 4, 5 e 6, em prol do bem-estar da comunidade, de uma maneira mais ampla.



FIGURA 1



FIGURA 2



FIGURA 3



FIGURAS 4 E 5



FIGURA 6

Como é possível observar, ao longo do trabalho voluntário com a comunidade, cria-se uma relação mais próxima onde, simultaneamente coloca o educador no exercício de seu papel político. Ao analisarmos o decorrer dos mutirões e dos encontros temáticos percebemos que esses movimentos voluntários são fundamentais e sempre devem estar presentes na comunidade, pois são capazes de colocarem-se como recursos cíclicos em permanente atualização, onde a resolução dos problemas será uma consequência que interessa a todos.

O envolvimento das pessoas nas atividades foi orientado e concentrado em despertar o interesse pela busca do conhecimento no coletivo, promovendo um movimento circular constante com tendência a reestruturar o sistema educativo atual e desenvolver novas possibilidades para além do sistema educativo, transformando os sujeitos em agentes de sua própria educação pela atuação consistente entre as suas práticas e a sua reflexão, e, para que isso aconteça, é importante reverter o aprendizado em benefícios para o aprendiz, por meio do crescimento comunitário. Acerca deste raciocínio Gadotti aponta que:

Esse é o “cenário” da cidade que educa no qual as práticas escolares possibilitem qualificar o entendimento freireano tanto da leitura da palavra escrita como da leitura do mundo. A cidade que educa não fica no imediato, mas aponta para uma compreensão mais analítica e reflexiva tanto dos problemas do cotidiano quanto dos desafios do mundo contemporâneo. (GADOTTI, 2004, p.53).

Segundo Gadotti (1995, p. 26) um dos fundamentos provenientes da Educação Popular tem sido a concepção de uma nova forma de alcançar o conhecimento fundamentada na importância do senso comum que trazem as esferas populares em sua prática diária, contextualizando esse senso comum, partindo da descoberta da teoria existente na prática popular, unificando-lhe um entendimento mais rigoroso, científico e unitário.

É comum nos dias atuais nos depararmos com muitas organizações não-governamentais que não estão verdadeiramente comprometidas com os interesses educacionais, visando acima de tudo o interesse privado em detrimento dos interesses do coletivo. Por isso, práticas como as de Santa Maria, cujas bases estão nos princípios da Economia Solidária, devem ser valorizadas e fortalecidas.

As desigualdades e injustiças geram a competitividade e o pensamento individualista que desvirtua os princípios de organizações criadas essencialmente para fomentar e apoiar a comunidade. Com isso a comunidade que elege a Educação Popular Solidária como alicerce de suas atividades promove o desenvolvimento local integrado e sustentável, gerando instrumentos necessários e essenciais aos fundamentos da Economia Solidária como: capital social local, instituições democráticas, fortes laços de cooperação e confiança entre os agentes locais, processo contínuo de inovação, que extrapola os limites da comunidade, e estratégias produtivas adequadas às condições locais ou do território. Dessa forma o desenvolvimento local deve promover, a partir dos recursos, das potencialidades e dos agentes locais, o fortalecimento da economia e da sociedade local.

Hoje a ONG Associação Atlética de Santa Maria atende aproximadamente 650 crianças e adolescentes, em diversos seguimentos defasados por políticas públicas, e pretende, a partir das orientações e embasamentos fornecidos pela Universidade de Brasília, representada pelos alunos e pela professora Sônia Marise, sempre apoiados pelos princípios da Economia Solidária, adquirir o desenvolvimento coletivo que permita compartilhar tais resultados com seus membros extrapolando os limites regionais.

Desse modo, o trabalho empírico com a realidade, com os problemas dos sujeitos e da comunidade é o elemento de destaque neste bloco, pois é a partir da

“práxis comunitária”, que pode e necessita ser articulada pela “práxis social”, que o grupo se apropria de meios para a superação das dificuldades presentes em seu cotidiano. A proximidade concreta da realidade vivida pelas pessoas é um procedimento da “práxis comunitária” fortemente qualificado, pois possibilita resistir ao afastamento de muitas teorias revolucionárias, idealizadas distante do coletivo e esvaziadas de significado.

CAPÍTULO 3

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE A EDUCAÇÃO POPULAR NA PERSPECTIVA DA ECONOMIA SOLIDÁRIA

3.1 – Contribuições da Economia Solidária para a Prática da Educação Popular

Até o momento atual buscou-se construir um panorama da Educação Popular integrado à realidade problematizada. Nessa perspectiva, a partir do presente bloco, será desenvolvida uma reflexão sobre os efeitos práticos e as possibilidades que a Economia Solidária oferece quando estes são sistematizados na esfera da Educação Popular, destacando as propostas de Paulo Freire.

Paulo Freire em sua obra “Pedagogia do oprimido” traz alguns conceitos que esclarecem algumas atitudes manifestadas durante a prática comunitária, cujas se referem ao popular. Um deles é denominado:

(...) Prescrição. Toda prescrição é a imposição da opção de uma consciência a outra. Daí, o sentido alienador das prescrições que transformam a consciência recebedora no que vimos chamando de consciência ‘hospedeira’ da consciência opressora. (...) o comportamento dos oprimidos é um comportamento prescrito. Faz-se à base de pautas estranhas a eles – as pautas dos opressores (FREIRE, 1970, p.18).

Essa crença na ignorância e na alienação do educando é o fundamento da educação bancária, cuja tem como objetivo a reprodução das injustiças e a manutenção de mecanismos de controle social. O educando ignorante e submisso é o educando ideal nesta perspectiva. Conforme Freire (1970), *o educando onde se depositarão conteúdos, como se depositam valores em um cofre*. A partir dessa lógica o educando é domesticado e, se torna incapaz de ser sujeito. Tal conceito trazido por Freire que dialoga com esse pensamento aborda:

Eis aí a concepção “bancária” da educação, em que a única margem de ação que se oferece aos educandos é a de receberem os depósitos, guardá-los e arquivá-los (FREIRE, 1970, p.33).

Por isso, a prática da Educação Popular e Solidária visa propor uma pedagogia inovadora, cuja não pode ser idealizada pelos educadores “para” os educandos populares, mas sim ser construída em conjunto, “com” os educandos populares, e confirmando esta proposta Freire explica:

(...) Pedagogia do Oprimido: aquela que tem de ser forjada com ele e não para ele, enquanto homens ou povos, na luta incessante de recuperação de sua humanidade “(FREIRE, 1970, p.17).

Desse modo faz-se necessário enfatizar o grande elo entre a Economia Solidária e a Educação Popular crítica e libertadora, cujo é estabelecido no trabalho comunitário, enquanto uma categoria social, pois ele constitui a essência do ser humano e deve ser discutido e pensado em comunidade, garantindo assim a possibilidade de o educando refletir analiticamente sobre a sociedade que deseja para si e todos os seus, modificando-a a partir da apropriação de si mesmo enquanto sujeito transformador.

Uma nova educação pretende “humanizar os homens”, transformá-los em sujeitos históricos. “A educação das massas se faz, assim, algo de absolutamente fundamental entre nós. Educação que, desvestida da roupagem alienada e alienante, seja uma força de mudança e de libertação. A opção por isso teria de ser também, entre uma ‘educação’ para a ‘domesticação’, para a alienação, e uma educação para a liberdade”².

Ao analisarmos as propostas de educação de Paulo Freire e os fundamentos da Economia Solidária, percebemos que ambos se entrelaçam e se aproximam quando fazem referência à concepção de liberdade e autonomia essenciais ao sujeito. A partir dessa relação, a Economia Solidária pode ser compreendida através de práticas fundamentadas em relações de colaboração solidária, onde o sujeito é percebido em relações mais humanas e duradouras e, complementarmente à

² FREIRE, PAULO. EDUCAÇÃO COMO PRÁTICA DA LIBERDADE. 2ª ED. SÃO PAULO: PAZ E TERRA, 1969, P.36.

Educação Popular, busca refletir sobre o universo de possibilidades disponíveis em comunidade para a construção de uma educação libertadora e significativamente transformadora.

3.2 - Santa Maria: Re-significação do coletivo enquanto comunidade Solidária

No ambiente da ONG AASM foi possível experimentar possibilidades levantadas pela comunidade para a criação de políticas públicas, cujas alcancem âmbitos pedagógicos e sociais, envolvendo a participação ativa de todos, entre eles, educadores, educandos e moradores da comunidade. Esse movimento mostra que, a Universidade, enquanto entidade social e representada pelos alunos e pela professora Sônia Marise, apenas em facilitar o diálogo crítico permitiu que a comunidade desse alguns passos para novas práticas visando à articulação e o desenvolvimento local.

Através desta vivência abrangendo acadêmicos e membros da comunidade, tendo como base a correlação educação e cidadania, é possível inserir naquele grupo uma prática diferenciada que considera a existência dos vários saberes existentes, o que implica em um planejamento dinâmico das ações com reorientação permanente da prática. Sob esse ponto de vista Gadotti comenta:

O Terceiro Setor está crescendo não apenas como alternativa entre o Estado burocrático e o mercado insolidário, mas também como espaço de novas vivências sociais e políticas hoje consolidadas com as organizações não-governamentais (ONGs) e as organizações de base comunitária (OBCs). Este está sendo hoje o campo mais fértil da educação popular. (GADOTTI, 2000, p.112).

A viabilidade da integração entre a Universidade e a Comunidade através da troca de experiências e informações voltadas para a questão da educação, em especial, fortalece desta forma a construção de processos de interação e socialização de conhecimento entre Comunidade e Universidade, além de aproximar esta última de seu compromisso essencial de compartilhamento dos produtos construídos em ambiente acadêmico com a sociedade, de um modo geral.

Diante desse cenário, a Educação Popular e Solidária, como modelo teórico re-conceituado e re-significado, tem oferecido grandes alternativas. Entre tais opções, está a reforma dos princípios de escolarização no formato público. A conexão da Educação Popular com o domínio local e com a Economia Popular permite, também, modernas e extensas possibilidades para o exercício da educação.

A vivência instalada nesta prática confirma a necessidade de conservação dos espaços de escuta, acolhimento e vínculo na concepção de práticas pedagógicas, pois as atividades educativas em grupo e/ou comunidade precisam ser compreendidas de forma expandida podendo acontecer também por meio desses espaços de diálogo, compreensão e sintonia, fortalecendo cada vez mais as conexões sociais e afetivas existentes e propostas pela Economia Solidária. Concordando com essa constatação Freire explica:

O que quero dizer é o seguinte: não posso de maneira alguma, nas minhas relações políticos-pedagógicas com os grupos populares, desconsiderar seu saber de experiência feito. Sua explicação do mundo de que faz parte a compreensão de sua própria presença no mundo. E isso tudo vem explicitado ou sugerido ou escondido no que chamo "leitura do mundo" que precede sempre a "leitura da palavra" (FREIRE, 1996, p.49).

Nessa idéia de aprender partindo do conhecimento coletivo e da noção de ensinar começando com palavras e temas geradores, Freire define a educação como ato de conhecimento e de transformação social e a democratização da educação é apenas um dos legados da educação popular à pedagogia crítica universal.

Do mesmo modo é preciso enfatizar ainda a complicação de se concretizar uma proposta educativa “para além dos muros”, sintetizando, fora do ambiente universitário. Os indivíduos envolvidos necessitam estar motivados a pensar mediante as questões percebidas na realidade e sempre estarem encontrando estímulos para dar continuidade a uma proposta de Educação Popular. Vai muito além do querer fazer, é fundamental se comprometer com o que se faz.

Porém, um educador popular com suporte na Economia Solidária não pode jamais impor a pedagogia libertadora a seus educandos, sendo assim, ele tem que

respeitar os processos internos pelos quais a comunidade precisa passar para que se proponha um ensino dialógico e transformador. Mesmo porque ainda se tem uma sociedade fortemente impregnada de concepções e valores tradicionais. Por isso o ensino libertador não pode ser padronizado em uma receita, dependerá do momento, da situação e do grupo estar preparado ou não para a transformação.

Portanto, pensar em uma educação que preza o diálogo, a crítica e a transformação social, em uma sociedade tão individualista e capitalista como a nossa, segundo Paulo Freire, nos mostra que um educador libertador pode ser de fundamental importância para o rompimento com esta visão. Afinal, ninguém nasce sabendo como educar, e muito menos como educar de forma solidária em comunidade e, por isso um educador popular que deseja ser libertador e solidário precisa se transformar e se tornar esse educador. Para tanto, a partir da experiência vivida em comunidade o educador deve, em conjunto, buscar e promover uma comunicação democrática, comunitária e solidária.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O currículo padrão atual lida com a prática fora de sala de aula como se esta fosse externa ao ato de estudar e, como consequência disso, tem-se um conflito gerado pela resistência dos educandos à proposta de mudança e inovação, pois estes não foram motivados e estimulados para o um trabalho verdadeiramente prático.

A possibilidade da construção de uma Educação Popular e Solidária vem com o propósito de desconstruir o modelo rígido e estático contido nos currículos escolares e re-construir coletivamente, embasados por Paulo Freire, uma proposta de tematizar, problematizar e compartilhar o mundo, visando gerar a reflexão em comunidade sobre a sua realidade e a construção de caminhos solidários de transformação social.

Sendo assim, o foco fundamental neste trabalho é o desenvolvimento social e econômico da comunidade por meio da Educação Popular apoiada pela Economia Solidária. Nesta prática, desenvolvida por alunos do curso de pedagogia da Faculdade de Educação da UnB, aliada as atividades da ONG Associação Atlética de Santa Maria buscou-se encontrar questionamentos comuns e, a partir deles, instigá-los a realizarem uma leitura crítica de suas próprias realidades.

Nessa perspectiva de educação, Paulo Freire propõe, para além de métodos e técnicas de alfabetização, enfatizar a busca pelo ato do conhecimento que sirva de instrumento de reflexão e análise ao próprio educando. Desse modo, ele vai mais além e defende que uma educação dialógica não pode se utilizar de uma pedagogia neutra, tendo em vista que essa educação é em si mesma um ato político.

Todavia não deve ser desconsiderado que, o educador, em seu processo de formação, também pode se transformar em um mero transmissor de conhecimento, perdendo muitas de suas qualidades críticas e, com isso, o educando fica submetido ao significativo número de pessoas passivas e alienadas, que se dedicam apenas à observação e reprodução do que a sociedade estabelece.

Portanto, a Educação Popular não deve ser permissiva e sem direção. Um educador popular precisa ter autoridade, mas não pode deixá-la se transformar em autoritarismo. Esse educador deve ser rigoroso o suficiente para permitir que seus educandos percebam que através do contato com o mundo estamos em constante

mudança. Paulo Freire (1986) afirma que esse processo de mudança quando em contato com o objeto de estudo é extremamente rigoroso e criativo.

A pedagogia tradicional reflete bem sobre quais as práticas e metodologias que são fortemente difundidas pelo sistema econômico vigente, ou seja, o modo capitalista enxerga a educação como algo distante e prega o mínimo contato possível entre professor e aluno e o máximo de resultados (conteúdos transmitidos e decorados). Esse processo é inverso na pedagogia libertadora, afinal não pode ocorrer o diálogo e a transformação se não há contato com o outro. Para Paulo Freire o diálogo sela o ato de aprender.

O método dialógico vem apresentar um modelo diferente de aprendizagem e de conhecimento, baseando-se no diálogo libertador. Segundo Freire:

“O diálogo é uma espécie de postura necessária, na medida em que os seres humanos se transformam cada vez mais em seres criticamente comunicativos. O diálogo é o momento em que os humanos se encontram para refletir sobre sua realidade tal como a fazem e re-fazem.” (FREIRE, 1986, p. 123)

A prática do diálogo convida o educando a estabelecer uma comunicação democrática, que invalida a dominação e reduz a distância da realidade, dando a este sujeito a possibilidade de re-construir sua própria história re-significando sua liberdade. Como participante desse processo de formação o educador popular, que já possui um conhecimento sobre a temática apresentada, vai manifestar a solidariedade aos demais re-aprendendo juntamente com eles. O diálogo seria justamente esse processo de construção onde o educador, educando e comunidade, juntos tentam conhecer e re-conhecer determinada temática.

Dessa forma, uma pedagogia situada na realidade do educando permite ao educador se situar em relação ao que o educando está pensando e como essa temática, muitas vezes já conhecida pelo educando, porém de forma descontextualizada, deve ser tratada em comunidade. Por isso, ao longo deste trabalho, constantemente buscou-se partir da realidade concreta do educando e da comunidade como um todo, a fim de chegar a um nível onde este grupo social transforme sua realidade de forma cooperativa e solidária, para que essa aprendizagem seja totalmente significativa, uma vez que tem como panorama sua

própria realidade. Mas para que essa aprendizagem tenha algum efeito ela tem que estar diretamente ligada à transformação mais ampla da sociedade apresentando o risco de esse desenvolvimento crítico, ativo e solidário do aluno se desconectar de seu sentido legítimo.

PARTE III
PERSPECTIVA DE ATUAÇÃO PROFISSIONAL

**CONCRETIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO POPULAR SOLIDÁRIA:
O SONHO COMO UMA POSSIBILIDADE REAL**

CONCRETIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO POPULAR SOLIDÁRIA: O SONHO COMO UMA POSSIBILIDADE REAL

Muitas pessoas se questionam por estarem ou não seguindo a carreira acadêmica ou profissional de seus sonhos. Acredito que esse questionamento deva permear a vida inteira, pois provavelmente, para que faça sentido em nossas vidas, o conhecimento precisa ser vivido e experimentado intensamente. A pedagogia como uma possibilidade de vivência profundamente concreta manifesta-se em mim como proposta de liberdade pessoal, de estruturas próprias.

Porém, em várias ocasiões o medo do erro ou do desconhecido transforma a prática de conhecimentos teóricos e metodológicos num verdadeiro desafio. No livro *Medo e Ousadia: O cotidiano do professor*, 1986, Paulo Freire e Ira Shor defendem que a teoria vinculada à prática é fundamental para que ocorra o processo de conversão legítima do educador tradicional em um educador libertador.

Mas, ainda que alguns professores sintam necessidade de transformar suas práticas, muitos deles temem essa transformação que tanto almejam. Temem perder seus empregos, temem adotar uma ideologia de oposição, temem a rejeição de seus educandos, temem ter de re-aprender suas próprias práticas. Temer essa transformação é perfeitamente natural, uma vez que um educador libertador também é um sujeito político e estará trabalhando contra a ideologia dominante, numa tentativa de fomentar a consciência crítica de seus educandos.

Sentir medo prova que temos sonhos e aspirações profissionais as quais não permitimos o fracasso, mas quando esse medo nos paralisa e o negamos estamos negando também as nossas limitações. Dessa forma, segundo Freire (1986), diante de uma pedagogia ocupada com a emancipação através do coletivo popular, é consequência natural a estranheza do educador e do educando diante da autonomia de participação, no processo de construção do conhecimento.

Partindo dessa experiência espero, enquanto pedagoga, desmitificar junto ao educando, a idéia de haver apenas um responsável por sua própria educação permitindo a construção coletiva do conhecimento de forma cooperativa e solidária, tornando impraticável um currículo rígido, que delega como função única do educador a de transmitir o conteúdo e, determinando como função exclusiva do educando, apenas a de receber passivamente o conteúdo transmitido, sendo que se

acontecer algo fora do estabelecido haverá um único culpado, podendo ser o aluno ou o próprio educador.

Dessa forma, considero como objetivo pessoal e profissional dialogar com a incerteza, em determinados momentos críticos, o bastante para perceber que a partir da cooperação e da solidariedade fomentadas pelo coletivo é possível vencê-la. Com isso para realizar o desejo de praticar uma Educação Popular libertadora e solidária, Paulo Freire aconselha adotar uma postura de diretividade, a qual me orientando para realizar um estudo sério com meus educandos sem, contudo manipulá-los ou dominá-los.

Mesmo adotando uma postura diretiva, enquanto pedagoga, acredito que devo fazê-la numa perspectiva solidária, buscando estabelecer uma atmosfera de diálogo amistoso e afetuoso, em sala de aula ou fora dela, em comunidade ou em pequenos grupos, porém nunca permitindo a manipulação do direito de refletir e de questionar dos educandos.

Para colocar em prática essa postura buscarei estar inserida no contexto comunitário e/ou escolar, uma vez que dentro destes contextos o educador tem a chance de aprender e re-aprender com sua própria prática, a fim de experimentar a possibilidade de trabalhar concretamente a construção de uma pedagogia transformadora.

Dentro desta perspectiva de busca por alternativas às práticas vigentes, a Economia Solidária se insere, sendo a educação considerada um dos princípios defendidos por ela, e tendo como base desta a educação para o trabalho onde ocorre a auto-gestão, a cooperação e a solidariedade. Assim, a educação assume outra finalidade, a de uma educação para relações equilibradas e justas onde todos têm o mesmo nível de questionamento, o direito de falar e escutar. Singer defende que:

A prática da economia solidária exige que as pessoas que foram educadas para o capitalismo sejam reeducadas. Essa reeducação tem de ser coletiva, pois ela deve ser de todos os que efetuam em conjunto a transição, do modo competitivo ao cooperativo de produção e distribuição. (Singer, 2005, p. 16).

Portanto, para que esse verdadeiro aprendizado aconteça é preciso que ele ocorra na prática, em especial, da Educação Popular, indo além das construções teóricas, pois a Economia Solidária só existe quando há realmente reciprocidade entre as pessoas.

REFERÊNCIAS

- ARRUDA, Marcos. Redes, Educação e Economia Solidária: novas formas de pensar a educação de jovens e adultos. 2005, p.31-40.
- BARRETO, Vera. Paulo Freire para educadores. São Paulo: Arte e Ciência, 2003.
- BOAVENTURA, Edivaldo M. A Educação na Constituição de 1988. Ref. Inf. Legisl. Brasília a. 29 n.116 out/dez. 1992. p. 275-286.
- BOBBIO, Norberto. Dicionário de Política. Norberto Bobbio, Nicola Matteucci e Gianfranco Pasquino; tradução Carmem C. Varriale, 4ª edição, Brasília, DF: Ed. Universidade de Brasília, 1º e 2º volumes, 1992.
- BORGES, Liana. O SEJA de Porto Alegre. In: GADOTTI, Moacir; ROMÃO, José E. (Org.). Educação de Jovens e Adultos – Teoria, prática e proposta. São Paulo: Cortez, 1995. p. 91-94.
- BRASIL, Constituição. Texto Constitucional de 5 de outubro de 1988 com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais nº 1/12 a 23/99 e Emendas Constitucionais de Revisão nº 1 a 6/64. Constituição de 1988, Brasília: Senado federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 1999.
- BRASÍLIA, DF: Ministério da Educação. SECAD – Secretaria de educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Coleção Cadernos de EJA. São Paulo, 2007.
- CARVALHO, Sônia Marise Salles. Tese de doutorado: Desafios dos vínculos sociais na sociedade do trabalho contemporâneo: Experiência de economia solidária no Distrito Federal e entorno. Brasília, 2008.
- CERRONI, Umberto. Política: Método - Teorias - Processos - Sujeitos - Instituições. Brasiliense, 1986.
- CHAUÍ, Marilena. O nacional e o popular na cultura brasileira: seminários. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- COELHO FILHO, Paulo. Estratégias educativas de EJA em contextos comunitários. Brasília: Universidade de Brasília. 2004.
- COUTINHO, Carlos Nelson. Contra Corrente: ensaio sobre democracia e socialismo. São Paulo, Cortez, 2000.
- Criar sociedades de aprendizagem: participação, cidadania e governança. Disponível em <http://www.unesco.org/most/wsf/portuguese/atelier_3.shtml>. Acesso em 27 mai. 2011.
- Declaração Mundial sobre educação para todos - Conferência de Jomtien – 1990. Disponível em <<http://www.unicef.org/brazil/jomtien.htm>>. Acesso em: 25 mai. 2011.

ECO, Humberto. Como se faz uma tese. São Paulo: Perspectiva. 2003.

FBES. Fórum Brasileiro de Economia Solidária. Disponível em: <www.fbes.org.br> Acessado em: 28/05/2011.

FERRARI, Alfonso Trujillo. Metodologia da Ciência. Rio de Janeiro: Kennedy, 1974.

FIORI, Ernani Maria. Aprender a dizer a sua palavra. In: FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. 12ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

FREIRE, Paulo. Ação cultural para a liberdade e outros escritos. 10ª ed. São Paulo. Paz e Terra. 2002.

FREIRE, Paulo. Alfabetização de adultos e bibliotecas populares - uma introdução. ExtraLibris, 2005. Disponível em: <http://academica.extralibris.info/letramento/alfabetizacao_de_adultos_e_bib.html>. Acessado em: 20/05/2011.

FREIRE, Paulo. Educação como prática da Liberdade. 2ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1969, p.36.

FREIRE, Paulo. Extensão ou comunicação. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969. 93p.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. 21ª edição. São Paulo: Paz e Terra, 1996. 165 p.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. 11ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1970.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. São Paulo: Paz e Terra. 1993.

FREIRE, Paulo; SHOR, Ira. Medo e Ousadia: O cotidiano do professor. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986, 224 p.

GADOTTI M. O MOVA-SP Estado e Movimentos Populares. In: GADOTTI, Moacir; ROMÃO, José E. (Org.). Educação de Jovens e Adultos – Teoria, prática e proposta. São Paulo: Cortez, 1995. p. 85-90.

GADOTTI, Moacir. A Escola na Cidade Que Educa. São Paulo: Cortez/IPF, 2004.

GADOTTI, Moacir. Educar para um outro mundo possível. São Paulo: Publisher Brasil, 2007.

GADOTTI, Moacir. Perspectivas atuais da educação. Porto Alegre: Ed. Artes Médicas, 2000.

GAIGER, Luiz Inácio Germany. Sentidos e Experiências da Economia Solidária no Brasil. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

Girard, Christiane. MTE/ SENAES, Documentos. In 1ª Conferência Nacional de Economia Solidária, 2005.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. IBGE, Censo Demográfico 1970/2005. Disponível em:

<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2000/tendencias_demograficas/tabela03.pdf>. Acesso em: 27 mai. 2011.

KIPNIS, Bernardo. Elementos de Pesquisa em Ciências Sociais - Projeto. Brasília: Universidade de Brasília, 2004.

KRUPPA, Sonia M. Portella. Economia Solidária e Educação de Jovens e Adultos. Brasília, INEP: 2005, 104p.

LOPES, Selva Paraguassu; SOUSA, Luzia Silva. EJA: Uma Educação Possível ou Mera Utopia? Disponível em: <http://www.cereja.org.br/pdf/revista_v/Revista_Selva_P_Lopes.pdf>. Acessado em: 15/05/2011.

MANCE, Euclides André. Redes de colaboração solidária. Aspectos econômicos - filosóficos: complexidade e libertação. Petrópolis, Vozes, 2002, p. 368.

OLIVEIRA, Claudionor. Metodologia Científica, Planejamento e Técnicas de Pesquisa: Uma visão holística do Conhecimento Humano. São Paulo: LTR. 2000.

OLIVEIRA, Ivanilde Apoluceno de e MOTA NETO, João. Saberes educacionais de alfabetizando de Comunidades Rurais - Ribeirinhas: construindo uma Pedagogia Social. In: Anais do I Seminário do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação (CD-ROM). Belém: CCSE-UEPA, 2004

RIZZINI, Irene. Crianças e menores: do pátrio poder ao pátrio dever. Um histórico da legislação para a infância no Brasil (1830-1990). In: PILOTTI, Francisco J.; RIZZINI, Irene. A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil. Rio de Janeiro: Instituto Interamericano del Niño, 1995, p. 99-167

SINGER, Paul. A Educação na Economia Solidária. 2005, p. 13-20.

SINGER, Paul. Introdução a Economia Solidária. SP: Fundação Perseu Abramo, 2005.

SPÓSITO, Marília Pontes. A ilusão fecunda: a luta por educação nos movimentos populares. Ed. Hucitec/EDUSP, São Paulo, 1993.

_____. LDB: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/l9394.htm>. Acessado em: 09/05/2011.